

# PGA 2023

PLANO ESTRATÉGICO - MP SOCIAL

**RESULTADO DOS FORMULÁRIOS RESPONDIDOS  
DA REGIÃO DE CAMPINAS  
NO PERÍODO DE 11/08/2023 e 25/08/2023**

**FORMULÁRIOS RESPONDIDOS: 216 (duzentos e dezesseis)**

**Promotores de Justiça: 107 (cento e sete)**

**Servidores : 109 (cento e nove)**  
(Analista Jurídico e Oficial de Promotoria)

**SENDO: 102 (cento e dois) NA ÁREA CÍVEL**  
**114 (cento e quatorze) NA ÁREA**  
**CRIMINAL**

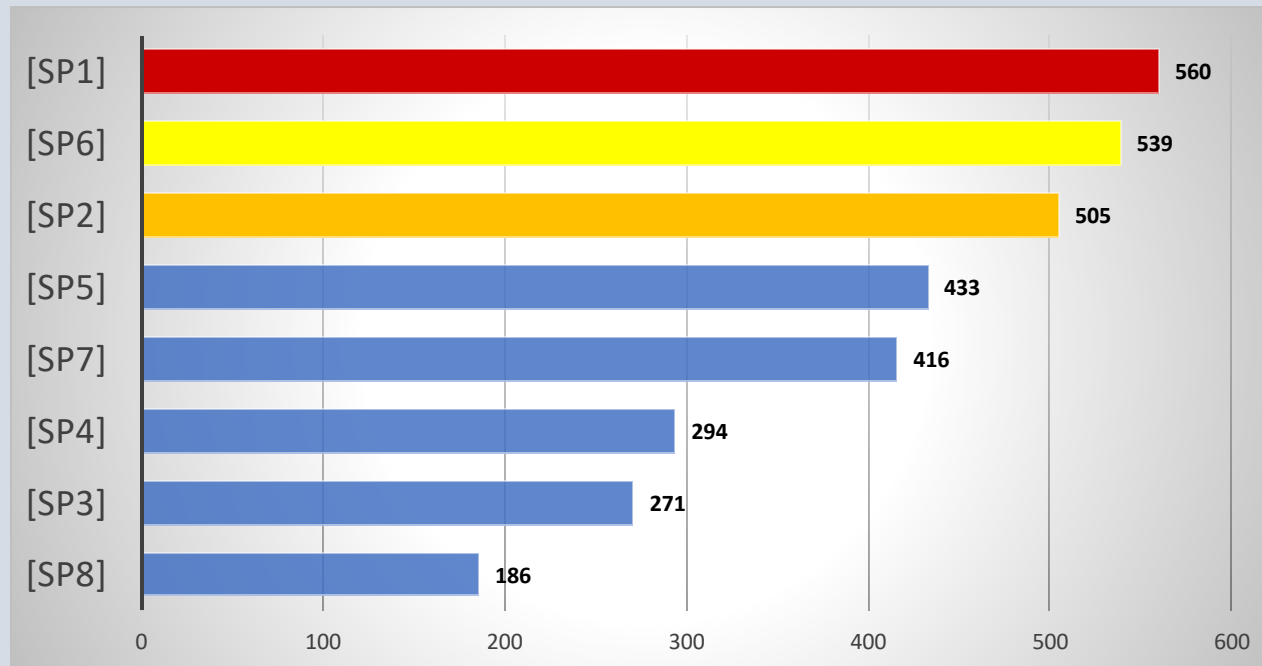
**SOCIEDADE PREENCHEU: 90 (noventa) FORMULÁRIOS**

**ÁREAS ABRANGIDAS:**

- SAÚDE PÚBLICA
- PCD
- PATRIMÔNIO PÚBLICO
- MEIO AMBIENTE
- INFÂNCIA E JUVENTUDE
- IDOSO
- CONSUMIDOR
- EDUCAÇÃO
- CÍVEL
- HABITAÇÃO E URBANISMO
- INCLUSÃO SOCIAL
- CRIMINAL

<b>Quantidade escolhida</b>	[SP1] Atenção Básica	29	18	12	15	11	3	1	0
	[SP2] Atenção Hospitalar	9	26	16	14	15	7	2	0
	[SP3] Controle Social (Ex.: Conselho Municipal de Saúde)	1	0	6	11	13	22	18	18
	[SP4] Financiamento SUS	3	4	4	8	16	20	20	14
	[SP5] Medicamento/Insumo	5	13	14	22	12	16	5	2
	[SP6] Saúde Mental	33	11	18	4	9	6	8	0
	[SP7] Tratamento /Cirurgia/ Exame	9	15	15	10	12	3	17	8
	[SP8] Vigilância Sanitária /Epidemiológica	0	2	4	5	1	12	18	47

<b>Ponderação</b>	<b>1º</b>	<b>[SP1] Atenção Básica</b>	<b>232</b>	<b>126</b>	<b>72</b>	<b>75</b>	<b>44</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>560</b>
	<b>3º</b>	<b>[SP2] Atenção Hospitalar</b>	<b>72</b>	<b>182</b>	<b>96</b>	<b>70</b>	<b>60</b>	<b>21</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>505</b>
		[SP3] Controle Social (Ex.: Conselho Municipal de Saúde)	8	0	36	55	52	66	36	18	271
		[SP4] Financiamento SUS	24	28	24	40	64	60	40	14	294
		[SP5] Medicamento/Insumo	40	91	84	110	48	48	10	2	433
	<b>2º</b>	<b>[SP6] Saúde Mental</b>	<b>264</b>	<b>77</b>	<b>108</b>	<b>20</b>	<b>36</b>	<b>18</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>539</b>
		[SP7] Tratamento /Cirurgia/ Exame	72	105	90	50	48	9	34	8	416
		[SP8] Vigilância Sanitária /Epidemiológica	0	14	24	25	4	36	36	47	186

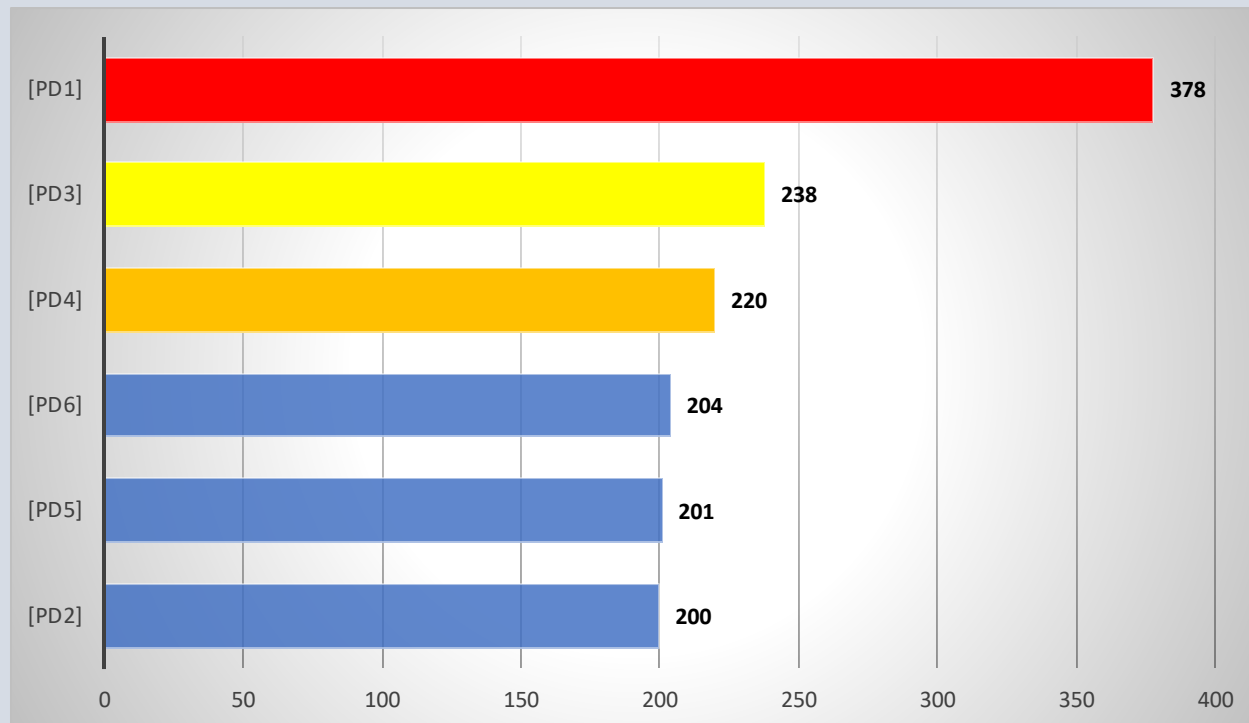


<b>LEGENDA</b>	[SP1] Atenção Básica
	[SP6] Saúde Mental
	[SP2] Atenção Hospitalar
	[SP5] Medicamento/Insumo
	[SP7] Tratamento /Cirurgia/ Exame
	[SP4] Financiamento SUS
	[SP3] Controle Social (Ex.: Conselho Municipal de Saúde)
	[SP8] Vigilância Sanitária /Epidemiológica

<b>OUTROS</b>
CAPS AD I
Dentro da Saúde mental, a questão de vagas para internações involuntárias. A demanda do município é muito grande.
estrutura dos órgão de saúde mental
Homecare de pacientes crônicos acamados
Implementação de Serviços de Residência Terapêutica e de Residência Inclusiva; Verificação de práticas complementares como a Medicina Integrativa.
médico
Municípios Cidades e Comunidades Saudáveis - OPAS-OMS
O município não dá fluxo à demanda de internações psiquiátricas involuntárias
O principal problema da região é o uso de drogas. O CAPS não funciona da maneira que deveria funcionar. Foi proposta a ACP 1000912--96.2022.8.26.0296. A falta de tratamento adequado aos usuários de drogas tem feito a criminalidade aumentar na cidade de Jaguariúna e Santo Antonio de Posse
patrimônio público
Prevenção à saúde
Prevenção e tratamento de uso abusivo álcool e drogas
Proteção das Áreas Ambientalmente Protegidas
psiquiatria infantil
Regulação Regionalizada
saúde mental com foco aos usuários de drogas, em especial adolescentes
Saúde mental infanto-juvenil. Casas terapêuticas.
saúde mental população em situação de rua
Uso abusivo de drogas
UTIs
Vagas sociais em ILPIs para idosos

Quantidade escolhida	[PD1] Fomento e fiscalização da implantação de residências inclusivas e moradias assistidas nos municípios	19	9	12	11	8	4
	[PD2] Monitorar a demanda vinda dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes para as residências inclusivas (jovens com deficiência)	7	6	13	14	11	12
	[PD3] Fomento à estruturação e atuação da rede de assistência social para a organização de serviços de apoio à vida adulta e orientação para o trabalho da pessoa com deficiência.	9	17	9	13	9	6
	[PD4] Mapeamento dos alunos com deficiência do município, onde estão matriculados e quais os serviços de Atendimento Educacional Especializado recebem	9	11	12	10	12	9
	[PD5] Fiscalização das políticas públicas relativas a Educação Inclusiva no município	8	10	7	9	19	10
	[PD6] Fiscalização da implantação de recursos de acessibilidade no município necessários para que as pessoas com deficiência possam usufruir de seus direitos fundamentais tais como os de locomoção, saúde, educação, esportes, lazer e trabalho	11	10	10	6	4	22

Ponderação	<b>1º</b>	<b>[PD1] Fomento e fiscalização da implantação de residências inclusivas e moradias assistidas nos municípios</b>	<b>114</b>	<b>54</b>	<b>72</b>	<b>66</b>	<b>48</b>	<b>24</b>	<b>378</b>
		[PD2] Monitorar a demanda vinda dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes para as residências inclusivas (jovens com deficiência)	42	30	52	42	22	12	200
	<b>2º</b>	<b>[PD3] Fomento à estruturação e atuação da rede de assistência social para a organização de serviços de apoio à vida adulta e orientação para o trabalho da pessoa com deficiência.</b>	<b>54</b>	<b>85</b>	<b>36</b>	<b>39</b>	<b>18</b>	<b>6</b>	<b>238</b>
	<b>3º</b>	<b>[PD4] Mapeamento dos alunos com deficiência do município, onde estão matriculados e quais os serviços de Atendimento Educacional Especializado recebem</b>	<b>54</b>	<b>55</b>	<b>48</b>	<b>30</b>	<b>24</b>	<b>9</b>	<b>220</b>
		[PD5] Fiscalização das políticas públicas relativas a Educação Inclusiva no município	48	50	28	27	38	10	201
		[PD6] Fiscalização da implantação de recursos de acessibilidade no município necessários para que as pessoas com deficiência possam usufruir de seus direitos fundamentais tais como os de locomoção, saúde, educação, esportes, lazer e trabalho	66	50	40	18	8	22	204



OUTROS
a questão da educação inclusiva em especial aos autistas e transporte para cadeirantes é um problema que as prefeituras apresentam, mas há a devida fiscalização do MPSP.
Atuação do MP frente às demandas de profissional de apoio escolar aos estudantes com deficiência.
Campanhas publicitárias e informativos, visando que a comunidade tenha maiores informações sobre as pessoas com deficiência, melhorando sua aceitação.
Fomento à atuação integrada das políticas intersetoriais para pessoas com deficiência, em especial saúde, educação e assistência social.
Mapeamento de necessidades de mercado e fomento de formação profissional, por região, de PD
patrimônio público
política pública para pessoas com autismo

LEGENDA	
	[PD1] Fomento e fiscalização da implantação de residências inclusivas e moradias assistidas nos municípios
	[PD3] Fomento à estruturação e atuação da rede de assistência social para a organização de serviços de apoio à vida adulta e orientação para o trabalho da pessoa com deficiência.
	[PD4] Mapeamento dos alunos com deficiência do município, onde estão matriculados e quais os serviços de Atendimento Educacional Especializado recebem
	[PD6] Fiscalização da implantação de recursos de acessibilidade no município necessários para que as pessoas com deficiência possam usufruir de seus direitos fundamentais tais como os de locomoção, saúde, educação, esportes, lazer e trabalho
	[PD5] Fiscalização das políticas públicas relativas a Educação Inclusiva no município
	[PD2] Monitorar a demanda vinda dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes para as residências inclusivas (jovens com deficiência)

Quantidade escolhida	[IJ1] Qualificar o atendimento socioeducativo em meio aberto, zelando pela atuação intersetorial durante a execução da medida	9	11	10	14	12	5	0
	[IJ2] Integração entre o trabalho realizado pela equipe técnica da fundação Casa e a rede protetiva, com vistas à reinserção social do adolescente após a desinternação	2	6	9	12	13	8	11
	[IJ3] Fomento à estruturação e atuação da rede protetiva para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, a fim de que se evite o acolhimento institucional	21	15	11	6	6	1	1
	[IJ4] Fomento da atuação conjunta da equipe técnica dos serviços de acolhimento e da rede protetiva para a efetiva garantia da convivência familiar e comunitária, seja mediante a reintegração familiar de crianças e adolescente acolhidos ou inserção em família substituta	3	21	15	11	9	1	1
	[IJ5] Medidas visando à regularização e fomento do fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente	3	1	3	4	10	22	18
	[IJ6] Mapeamento e estruturação da rede protetiva, de modo a possibilitar a implementação da escuta especializada e programa de atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência	18	4	11	6	10	7	5
	[IJ7] Criação de fluxo para o combate integrado ao trabalho infantil e fomento da aprendizagem	5	3	2	8	1	17	25

Ponderação	3º	<b>[IJ1] Qualificar o atendimento socioeducativo em meio aberto, zelando pela atuação intersetorial durante a execução da medida</b>	<b>63</b>	<b>66</b>	<b>50</b>	<b>56</b>	<b>36</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>281</b>
		[IJ2] Integração entre o trabalho realizado pela equipe técnica da fundação Casa e a rede protetiva, com vistas à reinserção social do adolescente após a desinternação	14	36	45	48	39	16	11	209
	1º	<b>[IJ3] Fomento à estruturação e atuação da rede protetiva para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, a fim de que se evite o acolhimento institucional</b>	<b>147</b>	<b>90</b>	<b>55</b>	<b>24</b>	<b>18</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>337</b>
	2º	<b>[IJ4] Fomento da atuação conjunta da equipe técnica dos serviços de acolhimento e da rede protetiva para a efetiva garantia da convivência familiar e comunitária, seja mediante a reintegração familiar de crianças e adolescente acolhidos ou inserção em família substituta</b>	<b>21</b>	<b>126</b>	<b>75</b>	<b>44</b>	<b>27</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>296</b>
		[IJ5] Medidas visando à regularização e fomento do fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente	21	6	15	16	30	44	18	150
		[IJ6] Mapeamento e estruturação da rede protetiva, de modo a possibilitar a implementação da escuta especializada e programa de atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência	126	24	55	24	30	14	5	278
		[IJ7] Criação de fluxo para o combate integrado ao trabalho infantil e fomento da aprendizagem	35	18	10	32	3	34	25	157



Área: INFÂNCIA E JUVENTUDE

Respostas: 63

**OUTROS**

Abuso sexual de menores

Capacitação de rede de proteção para articulação real e eficiente

Existem fragilidades na atuação do Conselho Tutelar, embora já tenha havido orientação diversas vezes.

Mapeamento de necessidades da região com adequação da formação profissional do adolescente

patrimônio público

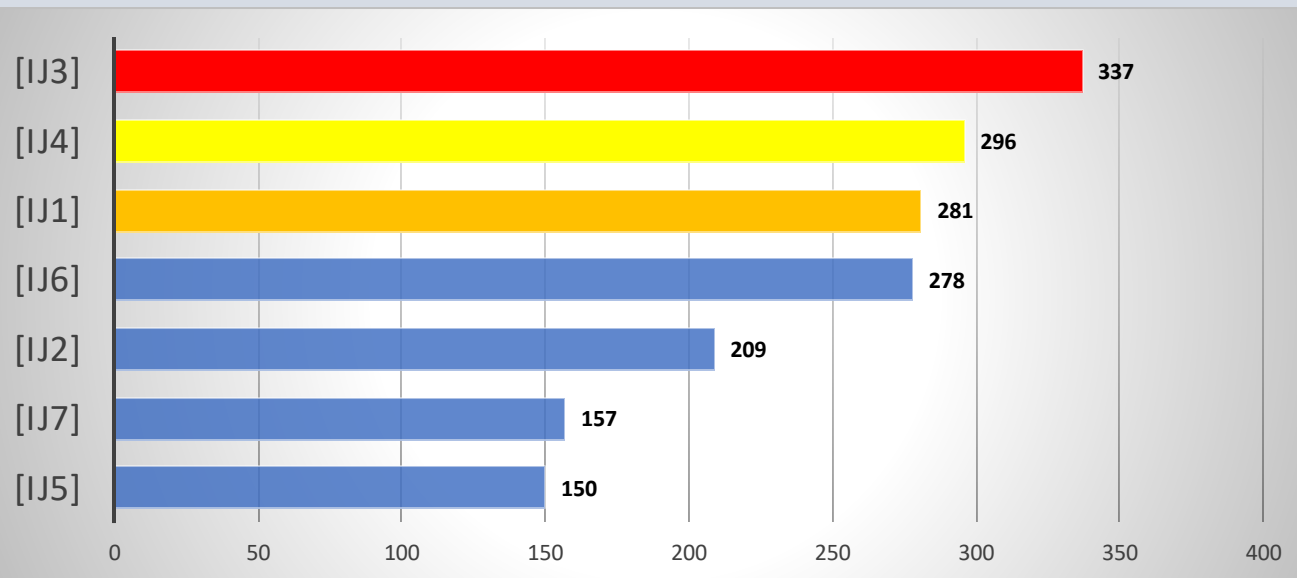
Políticas públicas de lazer, cultura e esporte para infância e juventude.

Prevenção primária -visando à prevenção de doenças crônicas não transmissíveis - DNCT - Cf. - <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-06/obesidade-entre-jovens-de-18-24-anos-subiu-90-em-um-ano>

Projetos para a criação de "Escolinhas de Pais e Responsáveis Negligentes e Abusivos", ou seja, Centros de Orientação e Informação direcionados aos Pais/responsáveis cujas ações configurem negligência, abandono, agressões físicas e psicológicas, COM PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA (SOB PENA DE SEREM PROCESSADOS CRIMINALMENTE), informando-os sobre os direitos das crianças/adolescentes, as penalidades a quem comete abusos e agressões, bem como orientações psicológicas e sociais sobre como melhorar a convivência familiar e como educar os filhos sem agredi-los. Além da criação de Centros de Internação exclusivos para tratamento de doenças mentais e drogadição de crianças/adolescentes, em que estes possam ficar internados pelo tempo necessário para estarem completamente curados (ou para viverem em sociedade); bem como orientação dos seus familiares no período em que durar a internação.

Qualificar o atendimento socioeducativo em meio aberto e em meio fechado.

Verificar sobre a existência de parâmetros mínimos sobre a qualidade da educação.



[IJ3] Fomento à estruturação e atuação da rede protetiva para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, a fim de que se evite o acolhimento institucional

[IJ4] Fomento da atuação conjunta da equipe técnica dos serviços de acolhimento e da rede protetiva para a efetiva garantia da convivência familiar e comunitária, seja mediante a reintegração familiar de crianças e adolescente acolhidos ou inserção em família substituta

[IJ1] Qualificar o atendimento socioeducativo em meio aberto, zelando pela atuação intersetorial durante a execução da medida

[IJ6] Mapeamento e estruturação da rede protetiva, de modo a possibilitar a implementação da escuta especializada e programa de atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência

[IJ2] Integração entre o trabalho realizado pela equipe técnica da fundação Casa e a rede protetiva, com vistas à reinserção social do adolescente após a desinternação

[IJ7] Criação de fluxo para o combate integrado ao trabalho infantil e fomento da aprendizagem

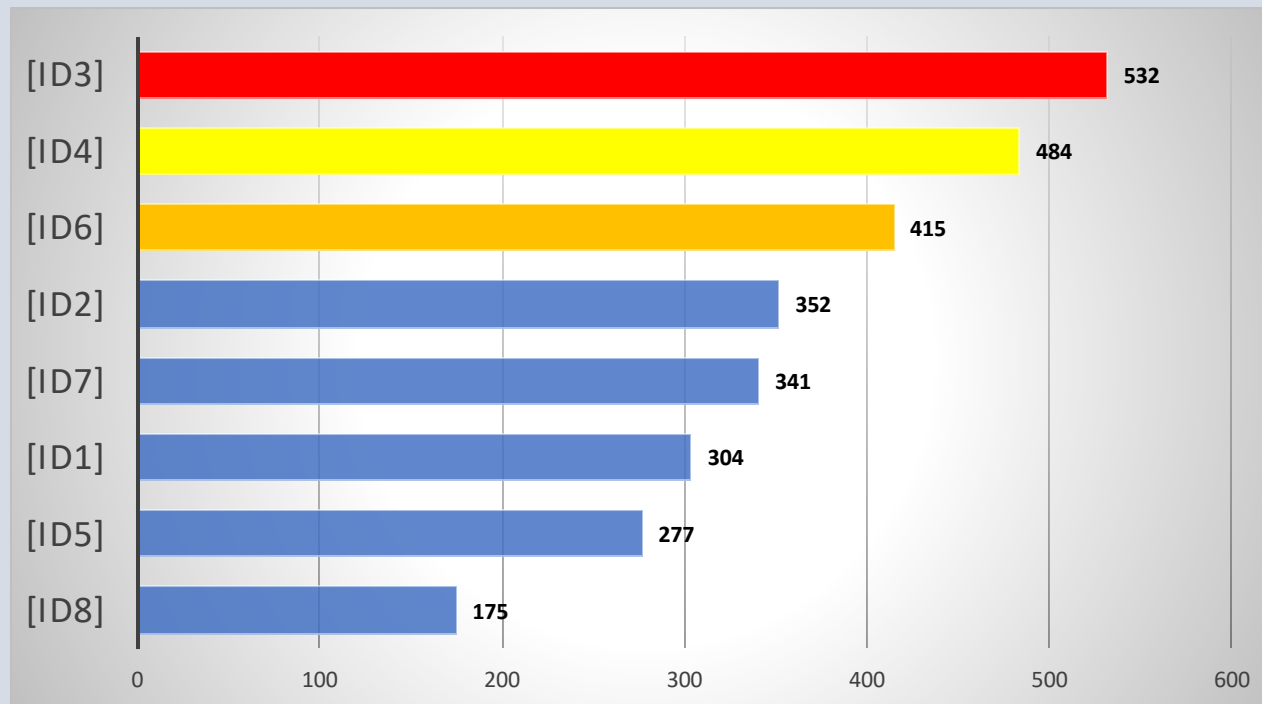
[IJ5] Medidas visando à regularização e fomento do fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente

LEGENDA



Quantidade escolhida	[ID1] Conselhos, Fundos e Planos Municipais da Pessoa Idosa	5	8	4	16	9	11	8	19
	[ID2] Capacidade Civil e Autonomia	9	4	7	9	26	12	12	1
	[ID3] Serviços e equipamentos de proteção social básica (ex. atendimento em domicílio, centros de convivência) e socioassistenciais de média complexidade (ex. centros dia)	25	25	15	10	3	1	1	0
	[ID4] Serviços e equipamentos de proteção social especial (ex. repúblicas e serviços de acolhimento institucional, como Casas-Lar e Instituições de Longa Permanência para Idosos)	24	19	9	9	6	10	3	0
	[ID5] Renda, subsistência e empregabilidade	0	3	8	7	17	24	12	9
	[ID6] Rede de atenção à saúde da pessoa idosa	9	9	23	13	9	7	10	0
	[ID7] Medicamentos, insumos, órteses e próteses	8	10	9	12	6	4	26	5
	[ID8] Mobilidade	0	2	5	4	4	11	8	46

Ponderação		[ID1] Conselhos, Fundos e Planos Municipais da Pessoa Idosa	40	56	24	80	36	33	16	19	304
		[ID2] Capacidade Civil e Autonomia	72	28	42	45	104	36	24	1	352
	1º	<b>[ID3] Serviços e equipamentos de proteção social básica (ex. atendimento em domicílio, centros de convivência) e socioassistenciais de média complexidade (ex. centros dia)</b>	<b>200</b>	<b>175</b>	<b>90</b>	<b>50</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>532</b>
	2º	<b>[ID4] Serviços e equipamentos de proteção social especial (ex. repúblicas e serviços de acolhimento institucional, como Casas-Lar e Instituições de Longa Permanência para Idosos)</b>	<b>192</b>	<b>133</b>	<b>54</b>	<b>45</b>	<b>24</b>	<b>30</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>484</b>
		[ID5] Renda, subsistência e empregabilidade	0	21	48	35	68	72	24	9	277
	3º	<b>[ID6] Rede de atenção à saúde da pessoa idosa</b>	<b>72</b>	<b>63</b>	<b>138</b>	<b>65</b>	<b>36</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>0</b>	<b>415</b>
		[ID7] Medicamentos, insumos, órteses e próteses	64	70	54	60	24	12	52	5	341
		[ID8] Mobilidade	0	14	30	20	16	33	16	46	175



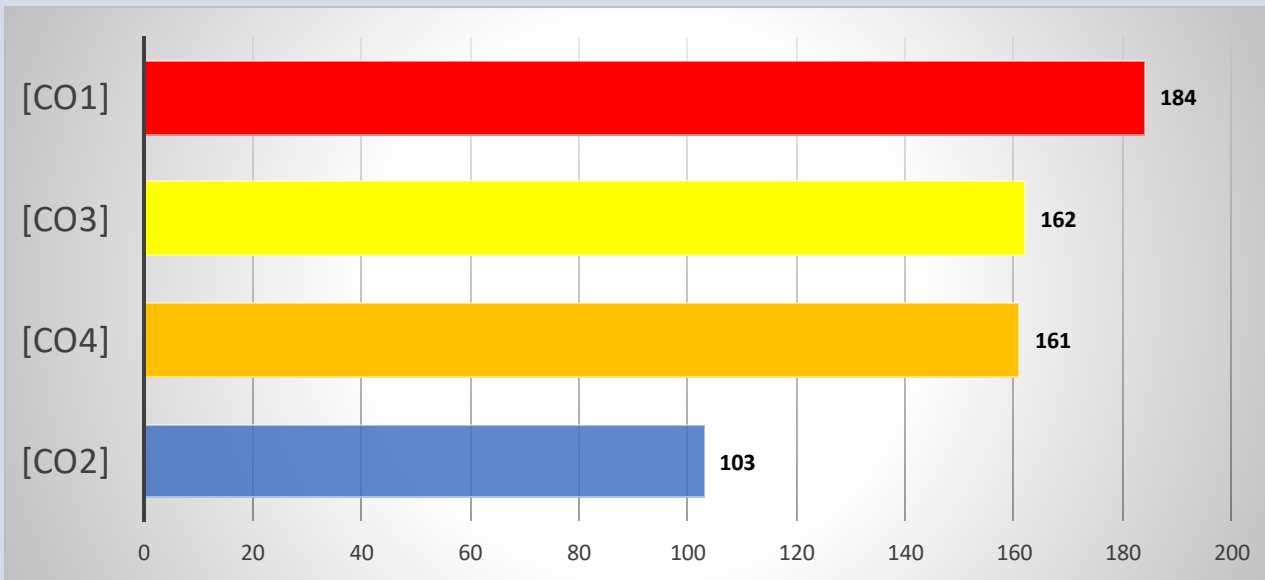
OUTROS
Implementação de programas comunitários em ambientes públicos abertos [praças e parques] adotando-se o conceito dos programas de municípios, cidades e comunidades saudáveis - OPAS/OMS - <a href="https://www.paho.org/pt/noticias/12-7-2023-movimento-mccs-lanca-uma-chamada-para-reconhecer-experiencias-municipios">https://www.paho.org/pt/noticias/12-7-2023-movimento-mccs-lanca-uma-chamada-para-reconhecer-experiencias-municipios</a>
O município apresenta uma demanda crescente relacionada a idosos em situação de vulnerabilidade/risco.
patrimônio público
Projetos educativos/informativos em mídias sociais sobre o Disque 100, bem como PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA A FILHOS/RESPONSÁVEIS NEGLIGENTES E OMISSOS (SOB PENA DE RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL POR ABANDONO DE INCAPAZ), informando-os sobre os direitos dos idosos e as obrigações dos seus filhos/responsáveis; inclusive com a criação de centros de ensino de "Como cuidar de idosos com comorbidades ou acamados", gratuitos e voltados exclusivamente para familiares de idosos.

LEGENDA	
[ID3]	Serviços e equipamentos de proteção social básica (ex. atendimento em domicílio, centros de convivência) e socioassistenciais de média complexidade (ex. centros dia)
[ID4]	Serviços e equipamentos de proteção social especial (ex. repúblicas e serviços de acolhimento institucional, como Casas-Lar e Instituições de Longa Permanência para Idosos)
[ID6]	Rede de atenção à saúde da pessoa idosa
[ID2]	Capacidade Civil e Autonomia
[ID7]	Medicamentos, insumos, órteses e próteses
[ID1]	Conselhos, Fundos e Planos Municipais da Pessoa Idosa
[ID5]	Renda, subsistência e empregabilidade
[ID8]	Mobilidade

<b>Quantidade escolhida</b>	[CO1] Planos de Saúde	25	18	12	6
	[CO2] Cooperativas e Associações Habitacionais	3	7	19	32
	[CO3] Fornecimento de Água	17	20	10	14
	[CO4] Transporte Público	16	16	20	9

<b>Ponderação</b>	<b>1º</b>	<b>[CO1] Planos de Saúde</b>	<b>100</b>	<b>54</b>	<b>24</b>	<b>6</b>	<b>184</b>
		[CO2] Cooperativas e Associações Habitacionais	12	21	38	32	103
	<b>2º</b>	<b>[CO3] Fornecimento de Água</b>	<b>68</b>	<b>60</b>	<b>20</b>	<b>14</b>	<b>162</b>
	<b>3º</b>	<b>[CO4] Transporte Público</b>	<b>64</b>	<b>48</b>	<b>40</b>	<b>9</b>	<b>161</b>

Área: CONSUMIDOR - Respostas: 61

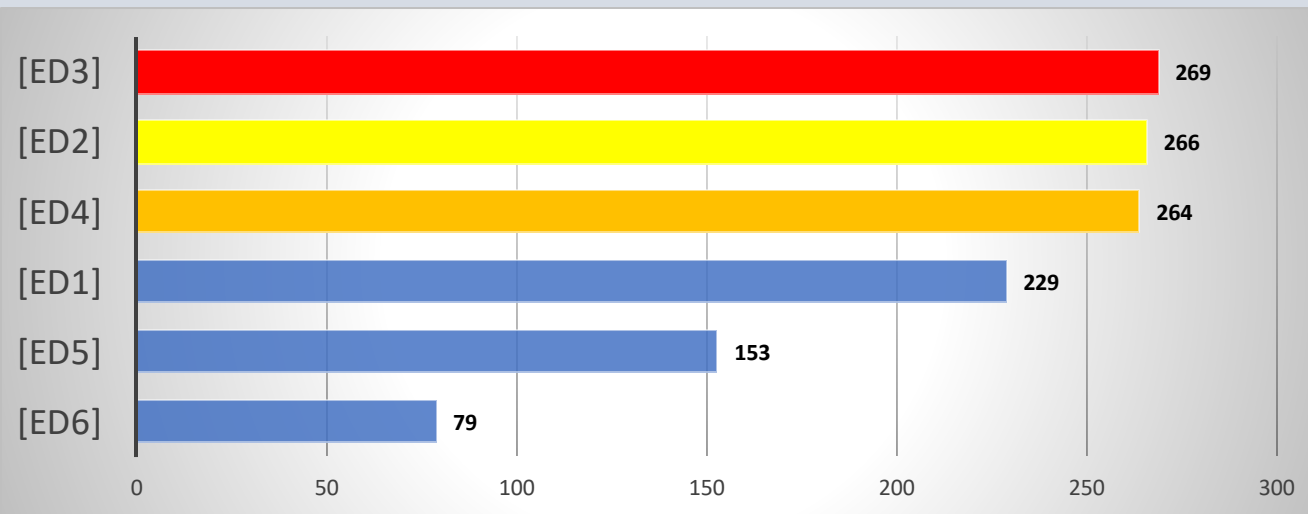


<b>LEGENDA</b>	[CO1] Planos de Saúde
	[CO3] Fornecimento de Água
	[CO4] Transporte Público
	[CO2] Cooperativas e Associações Habitacionais

OUTROS
controle de atendimento de instituições financeiras com mensuração de empréstimos consignados concedidos
Fiscalização de uso de agrotóxicos nos produtos expostos à venda/ venda de produtos ultraprocessados como alimentos (sem nutrientes, quimicamente modificados, malefícios à saúde)
patrimônio público
Proibição da Bitributação nas Contas de Água e Energia; Obrigação de aceitação de pagamento em dinheiro ou através de cartões de crédito/débito de passagens em municipal; maior conforto/segurança no municipal (com obrigatoriedade de que todos os passageiros estejam sentados e com cintos de segurança, em ônibus novos e com acessibilidade, além de motoristas que dirijam com segurança e se dirijam aos passageiros com educação), pois a vida dos passageiros de municipal deve ser garantida e garantida como os passageiros de carros particulares; Disponibilização de Guardas Municipal armados em todas as escolas públicas por tempo integral para aumentar a segurança das crianças/adolescentes; Investigação ostensiva e penalização severa aos crimes cibernéticos (inclusive com a criação de delegacias especializadas em todas as cidades); responsabilizações criminais e civis severas para e seus responsáveis por erros médicos/omissões/assédios morais e sexuais, causados pelos atendentes/médicos/hospitais conveniados (Direitos estes que devem OBRIGATORIAMENTE ser informados pelos veículos de comunicação a toda a população); Proibição de cobrança de estacionamento por shoppings, centros comerciais, hospitais, bancos, farmácias, e qualquer comércio; Penalização criminal para operadoras de internet que não fornecem a quantidade de MB determinadas no contrato; Obrigatoriedade de ter um posto de enfermagem em todas as escolas públicas municipais e estaduais, bem como o atendimento/acompanhamento dentário das crianças/adolescentes dentro das escolas públicas.
Vulnerabilidade constitucionalmente presumida do consumidor [sobretudo crianças, adolescentes e jovens], visando ao combate do assédio mercadológico na internet/aplicativos [propaganda de fumígenos, álcool e de "sites" de apostas].

Quantidade escolhida	[ED1] Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (referência à meta 3 do PNE)	3	13	21	17	5	1
	[ED2] Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo (meta 4 do PNE)	17	14	11	15	2	1
	[ED3] Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a garantir que os sistemas municipais e estadual de São Paulo alcancem as médias para o IDEB estabelecidas na meta 7 do PNE	19	12	12	13	4	0
	[ED4] Ampliar a oferta de educação infantil em creches (0 a 3 anos e 11 meses de idade) de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE	17	16	11	8	6	2
	[ED5] Adotar medidas extrajudiciais e, se o caso, judiciais, para assegurar o cumprimento das metas 17 (valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE) e 18 (assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira	4	4	2	6	39	5
	[ED6] Atuar para o cumprimento da meta 19 do Plano Nacional de Educação (assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto), adotando medidas extrajudiciais e, se o caso, judiciais, para assegurar efetiva gestão democrática na educação	0	1	3	1	4	51

Ponderação	[ED1] Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (referência à meta 3 do PNE)	18	65	84	51	10	1	229
	<b>2º</b> [ED2] Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo (meta 4 do PNE)	102	70	44	45	4	1	266
	<b>1º</b> [ED3] Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a garantir que os sistemas municipais e estadual de São Paulo alcancem as médias para o IDEB estabelecidas na meta 7 do PNE	114	60	48	39	8	0	269
	<b>3º</b> [ED4] Ampliar a oferta de educação infantil em creches (0 a 3 anos e 11 meses de idade) de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE	102	80	44	24	12	2	264
	[ED5] Adotar medidas extrajudiciais e, se o caso, judiciais, para assegurar o cumprimento das metas 17 (valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE) e 18 (assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei democrática federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.), relacionadas ao princípio constitucional de valorização dos profissionais da educação	24	20	8	18	78	5	153
	[ED6] Atuar para o cumprimento da meta 19 do Plano Nacional de Educação (assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto), adotando medidas extrajudiciais e, se o caso, judiciais, para assegurar efetiva gestão democrática na educação	0	5	12	3	8	51	79



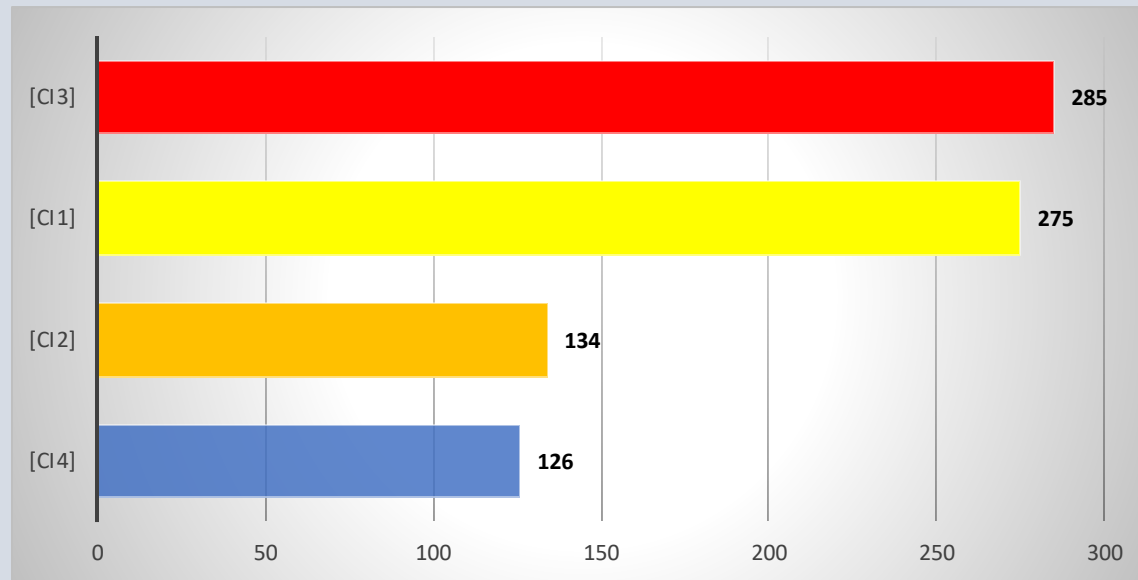
OUTROS
Ampliação da oferta do ensino de qualidade em período integral.
Aumentar a segurança nas escolas públicas, com a colocação de guarda municipal armado em todas as escolas. Obrigatoriedade de posto de enfermagem e tratamento dentário para crianças/adolescentes em todas as escolas públicas municipais e estaduais.
Avaliação dos sistemas de busca ativa de evasão escolar.
interface com HU e PJCrím - para a implementação de leis locais visando ao afastamento do entorno escolar de estabelecimentos que comercializem álcool e fumígenos.
O município apresenta deficiência na disponibilização de vagas em creche e transporte.
patrimônio público

LEGENDA	Descrição
[ED3]	Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a garantir que os sistemas municipais e estadual de São Paulo alcancem as médias para o IDEB estabelecidas na meta 7 do PNE
[ED2]	Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo (meta 4 do PNE)
[ED4]	Ampliar a oferta de educação infantil em creches (0 a 3 anos e 11 meses de idade) de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE
[ED1]	Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (referência à meta 3 do PNE)
[ED5]	Adotar medidas extrajudiciais e, se o caso, judiciais, para assegurar o cumprimento das metas 17 (valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE) e 18 (assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei democrática federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.), relacionadas ao princípio constitucional de valorização dos profissionais da educação
[ED6]	Atuar para o cumprimento da meta 19 do Plano Nacional de Educação (assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto), adotando medidas extrajudiciais e, se o caso, judiciais, para assegurar efetiva gestão democrática na educação

<b>Quantidade escolhida</b>	[CI1] Curatela	34	43	5	0
	[CI2] Fundações	3	0	43	36
	[CI3] Família	45	33	2	2
	[CI4] Registros Públicos	0	6	32	44

<b>Ponderação</b>	<b>2º</b>	<b>[CI1] Curatela</b>	<b>136</b>	<b>129</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>275</b>
	<b>3º</b>	<b>[CI2] Fundações</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>86</b>	<b>36</b>	<b>134</b>
	<b>1º</b>	<b>[CI3] Família</b>	<b>180</b>	<b>99</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>285</b>
		[CI4] Registros Públicos	0	18	64	44	126





**OUTROS**

Ações contra planos de saúde

Disponibilização de mais abrigos direcionados às mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos, proporcionalmente ao número de habitantes do município, em que não seja obrigatório o Boletim de Ocorrência, pois muitas mulheres não fazem Boletins de Ocorrência por medo dos agressores e seus familiares.

Necessidade de atos de racionalização para que a intervenção do MP na área de ocorra somente quando há interesse dede/menor ou relevante interesse social/urbanístico.

**LEGENDA**

[CI3] Família

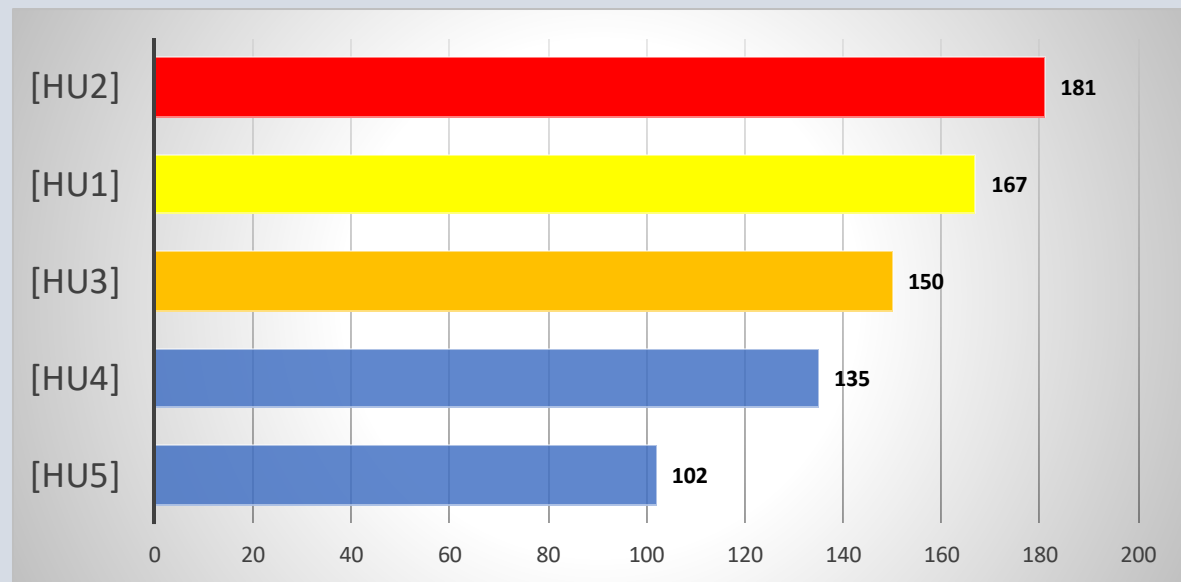
[CI1] Curatela

[CI2] Fundações

[CI4] Registros Públicos

Quantidade escolhida	[HU1] Enfrentamento da crise habitacional e dos conflitos fundiários urbanos, mediante iniciativas uniformizadas voltadas à efetivação do direito social à moradia, com foco em soluções adequadas para garantia dos princípios da função social da propriedade, da dignidade da pessoa humana e do não retrocesso social	17	8	9	8	7
	[HU2] Mapeamento e georreferenciamento dos casos envolvendo parcelamento irregular do solo/regularização fundiária visando adoção de medidas estruturantes em face do poder público responsável pela fiscalização e ordenação do espaço territorial urbano, sempre que ocorrências daquela natureza se mostrarem recorrentes no Município e quando a atuação fragmentada tiver se mostrado ineficiente	20	7	11	9	2
	[HU3] Fomento a existência de um plano municipal de redução de riscos que analise, caracterize e dimensione as áreas de risco de inundação, deslizamento e solapamento, classificadas segundo tipo e grau de risco; análise, quantifique e caracterize as famílias moradoras dessas áreas, segundo perfis demográficos, socioeconômicos e habitacionais, entre outros aspectos; defina as ações e intervenções necessárias para a implantação de obras estruturais de redução de riscos e adoção de medidas de segurança e proteção, com fixação de prioridades, prazos e estimativas de custos e recursos necessários; e que defina estratégias para realização de realocações preventivas de moradores quando esta for a alternativa única ou mais eficaz para a garantia das condições de segurança, de acordo com critérios técnicos objetivos e reconhecidos e procedimentos justos e democráticos	5	16	10	13	5
	[HU4] Fomento à existência de um plano de mobilidade urbana que oriente a política de mobilidade a partir da análise das condições de acessibilidade e mobilidade existentes, de ações para ampliação e aprimoramento do sistema de transporte público coletivo, de programa para o gerenciamento das vias, de ações para implementação de estacionamentos em áreas estratégicas da cidade, de diretrizes tarifárias, em especial para população de baixa renda, de ações para garantir a acessibilidade universal e a redução dos impactos ambientais, além de medidas para cada um dos sistemas de mobilidade urbana	5	12	10	10	12
	[HU5] Adoção de medidas visando o aprimoramento das políticas públicas de zeladoria urbana que não se restrinjam apenas a solucionar o caso relatado na notícia de fato, mas que, de forma eficaz e resolutiva, enfrente os problemas estruturais verificados na prestação do serviço público	2	6	9	9	23

Ponderação	<b>2º</b>	<b>[HU1] Enfrentamento da crise habitacional e dos conflitos fundiários urbanos, mediante iniciativas uniformizadas voltadas à efetivação do direito social à moradia, com foco em soluções adequadas para garantia dos princípios da função social da propriedade, da dignidade da pessoa humana e do não retrocesso social</b>	<b>85</b>	<b>32</b>	<b>27</b>	<b>16</b>	<b>7</b>	<b>167</b>
	<b>1º</b>	<b>[HU2] Mapeamento e georreferenciamento dos casos envolvendo parcelamento irregular do solo/regularização fundiária visando adoção de medidas estruturantes em face do poder público responsável pela fiscalização e ordenação do espaço territorial urbano, sempre que ocorrências daquela natureza se mostrarem recorrentes no Município e quando a atuação fragmentada tiver se mostrado ineficiente</b>	<b>100</b>	<b>28</b>	<b>33</b>	<b>18</b>	<b>2</b>	<b>181</b>
	<b>3º</b>	<b>[HU3] Fomento a existência de um plano municipal de redução de riscos que analise, caracterize e dimensione as áreas de risco de inundação, deslizamento e solapamento, classificadas segundo tipo e grau de risco; análise, quantifique e caracterize as famílias moradoras dessas áreas, segundo perfis demográficos, socioeconômicos e habitacionais, entre outros aspectos; defina as ações e intervenções necessárias para a implantação de obras estruturais de redução de riscos e adoção de medidas de segurança e proteção, com fixação de prioridades, prazos e estimativas de custos e recursos necessários; e que defina estratégias para realização de realocações preventivas de moradores quando esta for a alternativa única ou mais eficaz para a garantia das condições de segurança, de acordo com critérios técnicos objetivos e reconhecidos e procedimentos justos e democráticos</b>	<b>25</b>	<b>64</b>	<b>30</b>	<b>26</b>	<b>5</b>	<b>150</b>
		[HU4] Fomento à existência de um plano de mobilidade urbana que oriente a política de mobilidade a partir da análise das condições de acessibilidade e mobilidade existentes, de ações para ampliação e aprimoramento do sistema de transporte público coletivo, de programa para o gerenciamento das vias, de ações para implementação de estacionamentos em áreas estratégicas da cidade, de diretrizes tarifárias, em especial para população de baixa renda, de ações para garantir a acessibilidade universal e a redução dos impactos ambientais, além de medidas para cada um dos sistemas de mobilidade urbana	25	48	30	20	12	135
		[HU5] Adoção de medidas visando o aprimoramento das políticas públicas de zeladoria urbana que não se restrinjam apenas a solucionar o caso relatado na notícia de fato, mas que, de forma eficaz e resolutiva, enfrente os problemas estruturais verificados na prestação do serviço público	10	24	27	18	23	102

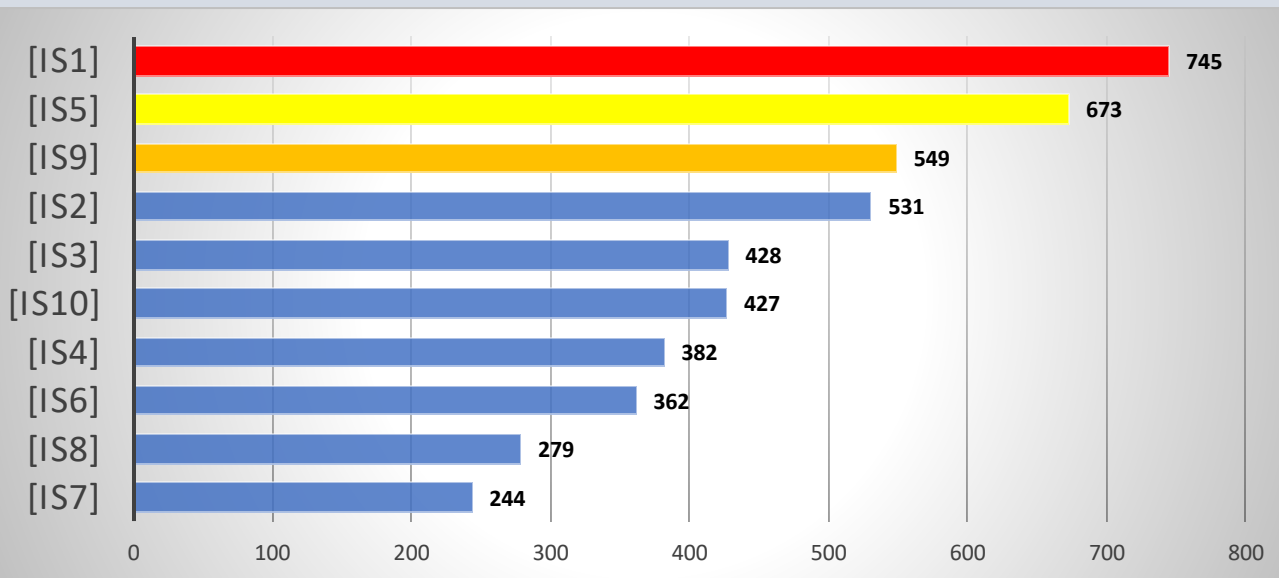


OUTROS
Ações integrativas e intersetoriais - HU, II, Saúde, Educação - visando à implementação do programa dos Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis (OPAS/OMS), qualificando-se espaços urbanos de uso comum [zeladoria urbana amplificada], com participação comunitária [Ex - Projeto Matão Mais Verde - Matão-SP]
Existem vários empreendimentos fruto de parcelamento irregular de solo. O município falha no exercício do seu poder de polícia
Fomento a elaboração de planos municipais de habitação como meio de identificação de déficit habitacional quantitativo e qualitativo das cidades do interior, medida que vai ao encontro do proposto no HU1; Controle e maior transparência nos procedimentos de licenciamentos urbanísticos municipais; Acompanhamento legislativo de alterações urbanísticas municipais que tenham um impacto sobre o planejamento e gestão urbana (corrupção urbanística).
Implementação de política pública que ofereça redução do IPTU para casas/estabelecimentos comerciais que tenham uma ou mais árvores na calçada (de preferência, árvores da flora regional), para melhoria da qualidade e umidade do ar, bem como para as aves e outros animais da fauna da região.
patrimônio público

LEGENDA	Descrição
[HU2]	Mapeamento e georreferenciamento dos casos envolvendo parcelamento irregular do solo/regularização fundiária visando adoção de medidas estruturantes em face do poder público responsável pela fiscalização e ordenação do espaço territorial urbano, sempre que ocorrências daquela natureza se mostrarem recorrentes no Município e quando a atuação fragmentada tiver se mostrado ineficiente
[HU1]	Enfrentamento da crise habitacional e dos conflitos fundiários urbanos, mediante iniciativas uniformizadas voltadas à efetivação do direito social à moradia, com foco em soluções adequadas para garantia dos princípios da função social da propriedade, da dignidade da pessoa humana e do não retrocesso social
[HU3]	Fomento a existência de um plano municipal de redução de riscos que análise, caracterize e dimensione as áreas de risco de inundação, deslizamento e solapamento, classificadas segundo tipo e grau de risco; análise, quantifique e caracterize as famílias moradoras dessas áreas, segundo perfis demográficos, socioeconômicos e habitacionais, entre outros aspectos; defina as ações e intervenções necessárias para a implantação de obras estruturais de redução de riscos e adoção de medidas de segurança e proteção, com fixação de prioridades, prazos e estimativas de custos e recursos necessários; e que defina estratégias para realização de realocações preventivas de moradores quando esta for a alternativa única ou mais eficaz para a garantia das condições de segurança, de acordo com critérios técnicos objetivos e reconhecidos e procedimentos justos e democráticos
[HU4]	Fomento à existência de um plano de mobilidade urbana que oriente a política de mobilidade a partir da análise das condições de acessibilidade e mobilidade existentes, de ações para ampliação e aprimoramento do sistema de transporte público coletivo, de programa para o gerenciamento das vias, de ações para implementação de estacionamentos em áreas estratégicas da cidade, de diretrizes tarifárias, em especial para população de baixa renda, de ações para garantir a acessibilidade universal e a redução dos impactos ambientais, além de medidas para cada um dos sistemas de mobilidade urbana
[HU5]	Adoção de medidas visando o aprimoramento das políticas públicas de zeladoria urbana que não se restrinjam apenas a solucionar o caso relatado na notícia de fato, mas que, de forma eficaz e resolutiva, enfrente os problemas estruturais verificados na prestação do serviço público

Quantidade escolhida	[IS1] População em situação de rua	38	18	17	6	3	1	0	0	1	0
	[IS2] Igualdade Racial	0	12	16	16	13	11	9	2	3	2
	[IS3] Populações Tradicionais	0	3	3	13	19	13	13	16	3	1
	[IS4] População Imigrante e/ou em Situação de Refúgio	0	1	2	9	17	19	7	15	10	4
	[IS5] Mulheres em Situação de Vulnerabilidade	12	27	18	14	7	3	2	1	0	0
	[IS6] População LGBTQI+	3	0	4	6	5	21	15	11	11	8
	[IS7] População Encarcerada	0	1	2	0	4	3	21	11	21	21
	[IS8] PLID - Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos	1	2	1	3	8	8	9	16	14	22
	[IS9] Melhoria do SUAS – Sistema único de Assistência Social	24	11	9	6	3	2	2	10	13	4
	[IS10] Melhoria do SISAN - Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional	6	9	12	11	5	3	6	2	8	22

Ponderação	<b>1º</b> [IS1] População em situação de rua	<b>380</b>	<b>162</b>	<b>136</b>	<b>42</b>	<b>18</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>745</b>
	[IS2] Igualdade Racial	0	108	128	112	78	55	36	6	6	2	531
	[IS3] Populações Tradicionais	0	27	24	91	114	65	52	48	6	1	428
	[IS4] População Imigrante e/ou em Situação de Refúgio	0	9	16	63	102	95	28	45	20	4	382
	<b>2º</b> [IS5] Mulheres em Situação de Vulnerabilidade	<b>120</b>	<b>243</b>	<b>144</b>	<b>98</b>	<b>42</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>673</b>
	[IS6] População LGBTQI+	30	0	32	42	30	105	60	33	22	8	362
	[IS7] População Encarcerada	0	9	16	0	24	15	84	33	42	21	244
	[IS8] PLID - Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos	10	18	8	21	48	40	36	48	28	22	279
	<b>3º</b> [IS9] Melhoria do SUAS – Sistema único de Assistência Social	<b>240</b>	<b>99</b>	<b>72</b>	<b>42</b>	<b>18</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>30</b>	<b>26</b>	<b>4</b>	<b>549</b>
	[IS10] Melhoria do SISAN - Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional	60	81	96	77	30	15	24	6	16	22	427

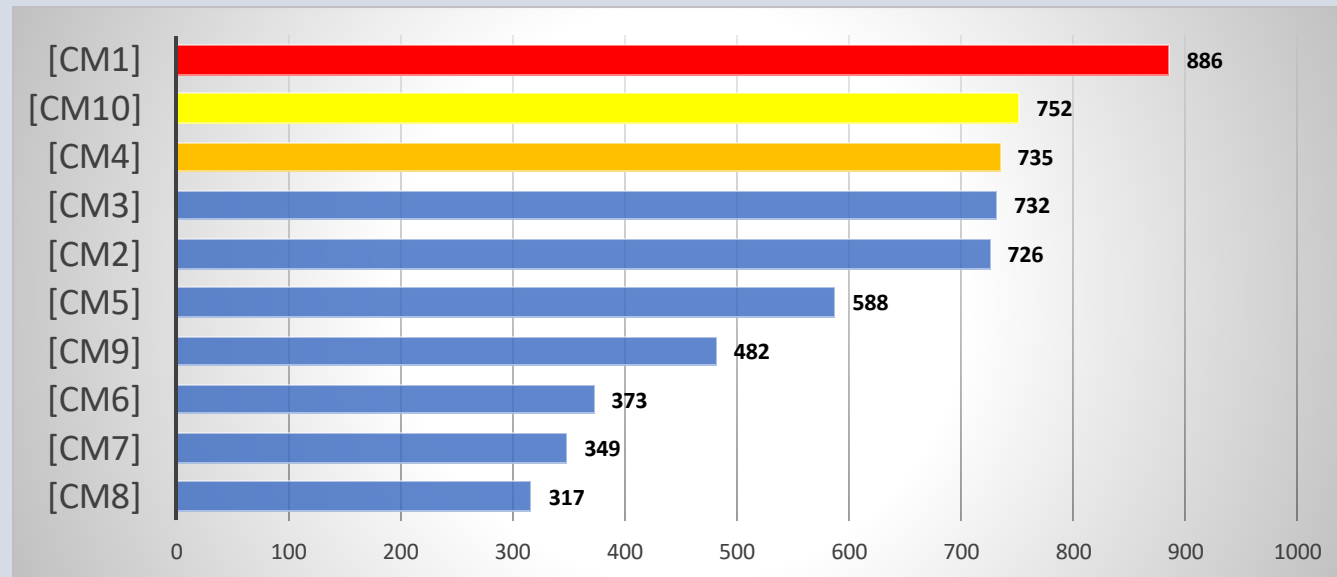


OUTROS
Efetivar residências terapêuticas e residências inclusivas.
Imprescindível articulação das ações de cuidado da população em situação e rua com Saúde Mental, HU [zeladoria urbana amplificada] e PJ Criminal - pois nas cenas de uso de SPA [substâncias psicoativas], cada vez mais presentes em nossas cidades, é forte a presença do crime organizado. Cf. o LELUCA - Levantamento de Cenas de Uso em Capitais - <a href="https://leluca.uniad.org.br/">https://leluca.uniad.org.br/</a>
Inclusão social das pessoas com deficiência física e mental, através de programas de informação nos meios de comunicação sobre essas deficiência e formas de convivência, bem como sobre os direitos e garantias dessa população.
patrimônio público
promover ações para diminuir as pessoas em situação de insegurança alimentar, considerando a grande quantidade de pessoas em situação grave e média, além do alto consumo de alimentos ultraprocessados em detrimento do alimento in natura

<b>LEGENDA</b>	[IS1] População em situação de rua
	[IS5] Mulheres em Situação de Vulnerabilidade
	[IS9] Melhoria do SUAS – Sistema único de Assistência Social
	[IS2] Igualdade Racial
	[IS3] Populações Tradicionais
	[IS10] Melhoria do SISAN - Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional
	[IS4] População Imigrante e/ou em Situação de Refúgio
	[IS6] População LGBTQI+
	[IS8] PLID - Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos
	[IS7] População Encarcerada

Quantidade escolhida	[CM1] Tráfico de Drogas	45	20	11	11	9	2	3	3	2	2
	[CM2] Homicídio	13	14	15	16	17	14	13	4	0	2
	[CM3] Feminicídio	6	18	22	18	16	12	8	4	4	0
	[CM4] Crimes Sexuais	6	13	27	18	17	15	6	3	3	0
	[CM5] Crimes contra o patrimônio	1	10	9	12	12	24	25	11	3	1
	[CM6] Crimes de trânsito	1	1	1	6	6	10	20	31	13	19
	[CM7] Crimes contra o meio ambiente	0	0	2	5	4	9	16	34	25	13
	[CM8] Crimes contra a administração pública	2	3	1	2	5	6	10	14	41	24
	[CM9] Crimes cometidos por organizações criminosas	13	5	6	9	10	10	4	3	13	35
	[CM10] Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha)	21	24	14	11	12	6	3	1	4	12

Ponderação	<b>1º</b> [CM1] Tráfico de Drogas	<b>450</b>	<b>180</b>	<b>88</b>	<b>77</b>	<b>54</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>886</b>
	[CM2] Homicídio	130	126	120	112	102	70	52	12	0	2	726
	[CM3] Feminicídio	60	162	176	126	96	60	32	12	8	0	732
	<b>3º</b> [CM4] Crimes Sexuais	<b>60</b>	<b>117</b>	<b>216</b>	<b>126</b>	<b>102</b>	<b>75</b>	<b>24</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>735</b>
	[CM5] Crimes contra o patrimônio	10	90	72	84	72	120	100	33	6	1	588
	[CM6] Crimes de trânsito	10	9	8	42	36	50	80	93	26	19	373
	[CM7] Crimes contra o meio ambiente	0	0	16	35	24	45	64	102	50	13	349
	[CM8] Crimes contra a administração pública	20	27	8	14	30	30	40	42	82	24	317
	[CM9] Crimes cometidos por organizações criminosas	130	45	48	63	60	50	16	9	26	35	482
	<b>2º</b> [CM10] Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha)	<b>210</b>	<b>216</b>	<b>112</b>	<b>77</b>	<b>72</b>	<b>30</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>752</b>



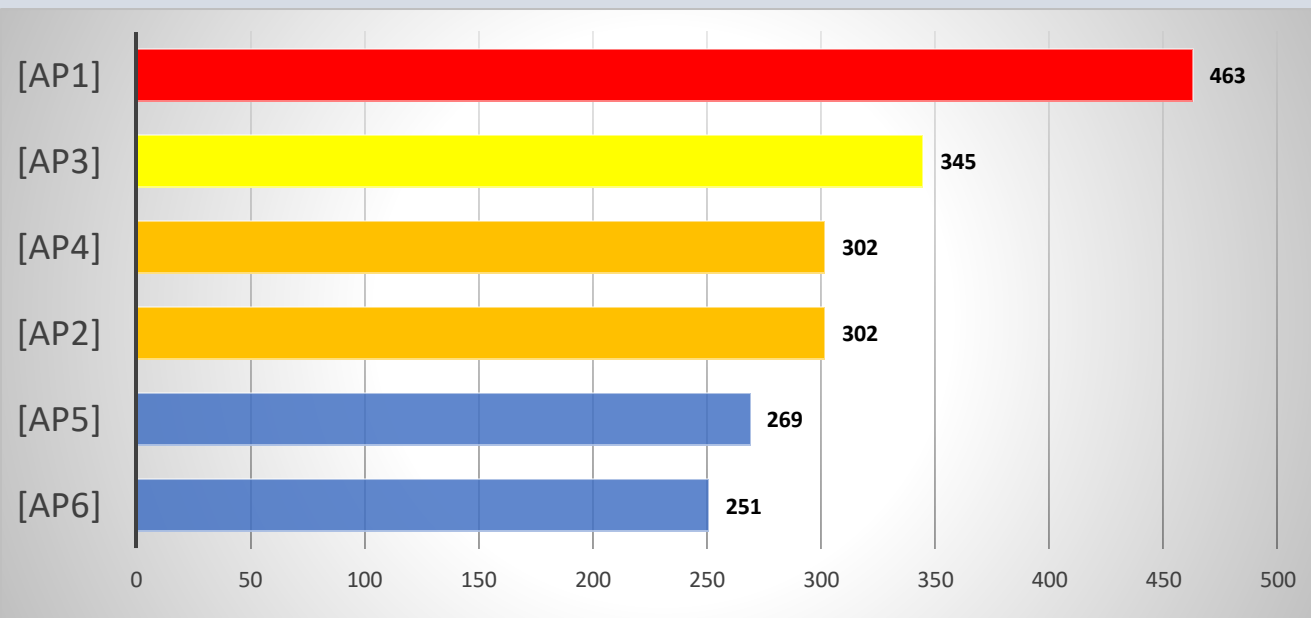
LEGENDA	Descrição
[CM1]	Tráfico de Drogas
[CM10]	Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha)
[CM4]	Crimes Sexuais
[CM3]	Feminicídio
[CM2]	Homicídio
[CM5]	Crimes contra o patrimônio
[CM9]	Crimes cometidos por organizações criminosas
[CM6]	Crimes de trânsito
[CM7]	Crimes contra o meio ambiente
[CM8]	Crimes contra a administração pública

OUTROS
Crimes cometidos contra criança e adolescente em ambiente digital
Crimes contra crianças e adolescentes, bem como contra idosos
Crimes da Lei de Licitações.
Crimes de "Lavagem" de Capitais
Crimes de colarinho branco e de lavagem de capitais.
Crimes de racismo, homofobia e intolerância religiosa, também precisam estar em foco
Crimes praticados contra crianças e adolescentes
Crimes praticados por policiais.
Especificando os temas de relevância: 1) no interior das unidades prisionais, e 2) Estupro de vulnerável.
Execução Criminal
minha atuação é perante as Varas de Execuções Criminais - execuções de penas, fiscalização de estabelecimentos penais, atendimento aos presos e seus familiares e pessoas em geral
Multas, ANPP
O tráfico de drogas tem aumentado muito, por conta do aumento de moradores de rua viciados.



Quantidade escolhida	[AP1] Precariedade da investigação policial (ausência de delegacias especializadas, perícias criminais deficientes ou com atraso e outros)	58	10	8	7	3	6
	[AP2] Ausência, precariedade ou falta de interação com as Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs), responsáveis em acompanhar e fiscalizar o cumprimento de penas e medidas alternativas, inclusive as condições impostas no ANPP, bem como pela reintegração social de condenados.	6	15	20	19	22	10
	[AP3] Ausência ou precariedade de equipamentos de atendimento especializado à mulher (Delegacia de Defesa da Mulher, CRAS, CREAS, CRM, abrigo sigiloso, órgãos de fiscalização do cumprimento de medidas protetivas)	12	16	25	20	14	5
	[AP4] Ausência ou precariedade no atendimento de crianças e adolescentes vítimas (ou testemunhas) de crimes praticados com violência (ausência de fluxo e protocolos de atendimento integral, falta de capacitação dos atores da rede de atendimento e espaço adequado para escuta protegida, inexistência de espaço adequado e profissionais qualificados para realização do depoimento especial)	6	17	17	20	21	11
	[AP5] Ausência de núcleo especializado e profissionais capacitados no atendimento às vítimas (e testemunhas) de crimes violentos	6	12	12	22	19	21
	[AP6] Ausência de fiscalização de pessoas condenadas em cumprimento de pena em meio aberto (regime aberto, liberdade condicional) ou em liberdade provisória.	4	22	10	4	13	39

Ponderação	<b>1º</b>	<b>[AP1] Precariedade da investigação policial (ausência de delegacias especializadas, perícias criminais deficientes ou com atraso e outros)</b>	<b>348</b>	<b>50</b>	<b>32</b>	<b>21</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>463</b>
		[AP2] Ausência, precariedade ou falta de interação com as Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs), responsáveis em acompanhar e fiscalizar o cumprimento de penas e medidas alternativas, inclusive as condições impostas no ANPP, bem como pela reintegração social de condenados.	36	75	80	57	44	10	302
	<b>2º</b>	<b>[AP3] Ausência ou precariedade de equipamentos de atendimento especializado à mulher (Delegacia de Defesa da Mulher, CRAS, CREAS, CRM, abrigo sigiloso, órgãos de fiscalização do cumprimento de medidas protetivas)</b>	<b>72</b>	<b>80</b>	<b>100</b>	<b>60</b>	<b>28</b>	<b>5</b>	<b>345</b>
	<b>3º</b>	<b>[AP4] Ausência ou precariedade no atendimento de crianças e adolescentes vítimas (ou testemunhas) de crimes praticados com violência (ausência de fluxo e protocolos de atendimento integral, falta de capacitação dos atores da rede de atendimento e e spaço adequado para escuta protegida, inexistência de espaço adequado e profissionais qualificados para realização do depoimento especial)</b>	<b>36</b>	<b>85</b>	<b>68</b>	<b>60</b>	<b>42</b>	<b>11</b>	<b>302</b>
		[AP5] Ausência de núcleo especializado e profissionais capacitados no atendimento às vítimas (e testemunhas) de crimes violentos	36	60	48	66	38	21	269
		[AP6] Ausência de fiscalização de pessoas condenadas em cumprimento de pena em meio aberto (regime aberto, liberdade condicional) ou em liberdade provisória.	24	110	40	12	26	39	251



OUTROS
A Delegacia da Mulher foi criada há décadas, mas nunca foi instalada.
-Ineficiência das políticas públicas voltadas à fiscalização e combate ao tráfico de drogas no interior das unidades prisionais.
- Fornecimento de rede continuada e específica para tratamento e apoio às vítimas de exploração e abuso sexual infantil.
-Ausência de orientação/instrução às forças policiais em relação à legalidade dos procedimentos empregados na execução da atividade policial, a fim de se evitar a prática de abuso de autoridade e nulidades processuais.
Na minha opinião, não verifico ausências ou precariedades nos temas indicados na questão anterior, mas não consegui excluir os temas da lista anterior
Precariedade do setor/estrutura de cumprimento de medidas socioeducativas

LEGENDA	Descrição
[AP1]	Precariedade da investigação policial (ausência de delegacias especializadas, perícias criminais deficientes ou com atraso e outros)
[AP3]	Ausência ou precariedade de equipamentos de atendimento especializado à mulher (Delegacia de Defesa da Mulher, CRAS, CREAS, CRM, abrigo sigiloso, órgãos de fiscalização do cumprimento de medidas protetivas)
[AP4]	Ausência ou precariedade no atendimento de crianças e adolescentes vítimas (ou testemunhas) de crimes praticados com violência (ausência de fluxo e protocolos de atendimento integral, falta de capacitação dos atores da rede de atendimento e espaço adequado para escuta protegida, inexistência de espaço adequado e profissionais qualificados para realização do depoimento especial)
[AP2]	Ausência, precariedade ou falta de interação com as Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs), responsáveis em acompanhar e fiscalizar o cumprimento de penas e medidas alternativas, inclusive as condições impostas no ANPP, bem como pela reintegração social de condenados.
[AP5]	Ausência de núcleo especializado e profissionais capacitados no atendimento às vítimas (e testemunhas) de crimes violentos
[AP6]	Ausência de fiscalização de pessoas condenadas em cumprimento de pena em meio aberto (regime aberto, liberdade condicional) ou em liberdade provisória.

Após a Escuta Social, disponibilizamos um formulário para a Sociedade Civil se manifestar, recebemos 90 (noventa) respostas

As respostas podem ser visualizadas clicando  
[neste link](#)

**OBRIGADO**